

Concede isenção do ICMS nas aquisições de motocicletas a serem utilizadas na prestação de serviços de transporte de passageiros e na coleta e entrega de pequenas cargas, na forma e condições que especifica.

CAPÍTULO I

- Art. 1º Fica concedida a isenção do ICMS nas saídas internas dos estabelecimentos revendedores autorizados de motocicletas novas, de até 150 (cento e cinquenta) cilindradas, quando destinados a motoristas profissionais autônomos prestadores de serviços de transporte de passageiros, na categoria de aluguel (mototaxistas), bem como para aqueles prestadores de serviços de coleta e entrega de pequenas cargas (motoboys), desde que o adquirente comprove:
- I – idade mínima de 21 (vinte e um) anos de idade.
 - II – que exerce, a partir da publicação desta Lei, a atividade de condutor autônomo de passageiros na categoria de aluguel ou de coleta de entrega de pequenas cargas;
 - III – possuir habilitação para condução de motocicletas de no mínimo 2 (dois) anos;
 - IV – possuir concessão, alvará ou inscrição municipal, conforme o caso;
 - V – utilizar o veículo nas atividades descritas no caput deste artigo; e
 - VI – não tenha adquirido, nos últimos 2 (dois) anos, veículo com isenção ou redução da base de cálculo do ICMS outorgada à categoria.

(Do Deputado Caio Roberto – PR)

PROJETO DE LEI Nº 142

ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
Casa de Epitácio Pessoa
Deputado Estadual Caio Roberto



Alfapucci

02

98
04

VII - O benefício correspondente seja transferido para o adquirente do veículo, mediante redução no seu preço.

Parágrafo único - Ressalvados os casos excepcionais em que ocorra destruição completa do veículo ou seu desaparecimento, a isenção somente poderá ser utilizada uma única vez.

Art.2º A isenção de que trata esta Lei não abrange os acessórios opcionais que não sejam equipamentos originais do veículo adquirido.

Art. 3º - Fica o beneficiário da presente Lei obrigado a recolher o valor do ICMS que seria devido na data da compra do veículo, atualizado com base na variação da UFEPB, ou outro índice que o venha a substituir, nos seguintes casos:

- a) Revenda em prazo inferior a dois anos;
- b) Alienação em prazo inferior a dois anos;
- c) Baixa na atividade de condutor autônomo de passageiros na categoria de aluguel, em prazo inferior a dois anos.

Art. 4º A concessionária para ter jus ao benefício deverá:

- I - transferir o benefício concedido ao adquirente do veículo, mediante redução do preço na própria nota fiscal emitida para a entrega do veículo; e

- II - mencionar na nota fiscal de que trata o inciso anterior que a operação é beneficiada com isenção do ICMS nos termos desta Lei e que, nos primeiros dois anos, o veículo não poderá ser alienado sem autorização do fisco estadual.

Art. 5º Ato do Poder Executivo disciplinará os procedimentos para efetivação do benefício previsto nesta Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art.7º Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei, objetiva em primeiro lugar, oferecer um incentivo aqueles que optarem pela profissão de mototaxista ou de motoboy. Incentivo este que visa, incentivar os prestadores de serviço desta categoria a adentrarem no mercado formal de trabalho, pois só terá direito a este benefício, aquele que estiver exercendo o referido serviço de forma regular. Além do que foi exposto, o projeto de lei tem caráter atrativo para aqueles que encontram-se desempregados tenham o serviço de mototaxi e motoboy como opção para entrada no mercado de trabalho.

É válido ressaltar que o benefício de que trata esta lei, já é oferecido aos condutores de Taxi, sendo assim, o que estamos propondo é a equiparação dos trabalhadores do transporte coletivo para o gozo do benefício citado.

Em razão de todo o exposto, conclamo os parlamentares a votarmos e

aprovamos o projeto de lei sob comento.

Sala das Sessões, em de abril de 2011

Alcides

04

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAIBA

(Handwritten signature)

Calo Roberto

Deputado Estadual - (PR)



05

ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
CASA DE EPITÁCIO PESSOA
SECRETARIA LEGISLATIVA

Marcelle

REGISTRO DA TRAMITAÇÃO PROCESSUAL LEGISLATIVA DAS MATÉRIAS
SUJEITAS À APRECIÇÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E
REDAÇÃO E DEMAIS COMISSÕES PERMANENTES E/OU TEMPORÁRIAS

Registro no Livro de Plenário
Às fls. ____ sob o nº 142
Em 28/04/2011

p/ Marcelle
Diretor da Div. de Assessoria ao Plenário

Constou no Expediente da Sessão
Ordinária do dia 28/04/2011

p/ Marcelle
Div. de Assessoria ao Plenário
Diretor

Remetido ao Departamento de Assistência
e Controle do Processo Legislativo
Em, 28/04/2011.

p/ Marcelle
Dir. da Divisão de Assessoria ao Plenário

Remetido à Secretaria Legislativa
No dia 28/04/2011

Vilmaria
Departamento de Assistência e Controle
do Processo Legislativo

Publicado no Diário do Poder Legislativo
no dia ____/____/2011

Secretaria Legislativa
Secretário

À Comissão de Constituição, Justiça e
Redação para indicação do Relator

Em ____/____/2011.

Secretaria Legislativa
Secretário

Designado como Relator o Deputado

Waldo Pires
Em 12/05/2011

Deputado
Presidente

Assessoramento Legislativo Técnico

Em ____/____/2011

Secretaria Legislativa
Secretário

Apreciado pela Comissão
No dia ____/____/2011

Parecer ____
Em ____/____/

Secretaria Legislativa

Aprovado em (____) Turno

Em ____/____/2011.

Funcionário

No ato de sua entrada na Assessoria de
Plenário a Presente Propositura consta
(____) Pagina (s) e (____)
Documento (s) em anexo.
Em ____/____/2011.

Funcionário



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Comissão de Constituição, Justiça e Redação
PROJETO DE LEI Nº. 142/2011.



Concede isenção de ICMS nas aquisições de motocicletas a serem utilizadas na prestação de serviços de transporte de passageiros e na coleta e entrega de pequenas cargas, na forma e condições que especifica.

AUTOR : Dep. Caio Roberto.

RELATOR: Dep. Adriano Galdino

P A R E C E R 261/2011

I - RELATÓRIO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, no âmbito de sua competência reservada, recebe para apreciação e emissão de parecer o **Projeto de Lei nº 142/2011**, da lavra do ilustre Deputado Caio Roberto, e que Concede isenção de ICMS nas aquisições de motocicletas a serem utilizadas na prestação de serviços de transporte de passageiros e na coleta e entrega de pequenas cargas, na forma e condições que especifica.

A proposta legislativa em apreço constou no Expediente da Sessão Ordinária do dia 28 de abril de 2011.

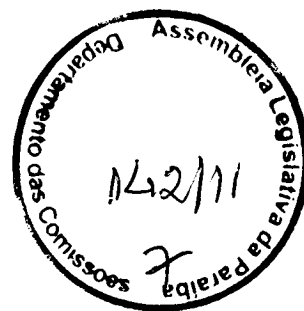
Instrução processual em termos.

Tramitação na forma regimental.

É o relatório.



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Comissão de Constituição, Justiça e Redação



II - VOTO DO RELATOR

Apresenta-se a proposição de iniciativa do nobre Dep. Caio Roberto, todavia, a essa Comissão cabe analisar a admissibilidade constitucional, juridicidade e técnica legislativa apresentadas com a proposição. Para tanto, paço a proferir a análise de mérito e respectivo voto.

O objetivo da proposição sob apreço é Conceder isenção de ICMS nas aquisições de motocicletas a serem utilizadas na prestação de serviços de transporte de passageiros e na coleta e entrega de pequenas cargas, na forma e condições que especifica.

Entendo, pois, como diz a matéria, trata-se de iniciativa que foge ao alcance do parlamento, haja vista que, cabe exclusivamente ao chefe do Executivo dispor sobre matéria tributária e orçamentária, conforme ensina o artigo 63º, § 1º, inciso II, alínea b), o que da conta que é competência reservada ao Governador do Estado desencadear o referido processo legislativo, eis que o objeto da proposta é isenção ou renúncia de receita.

Ante ao exposto, verifico que a proposição fere os princípios constitucionais por erro formal de iniciativa, tal qual referido no artigo 63 da Constituição estadual, eis que, competente exclusivamente ao executivo essa iniciativa.

Nestes termos, após análise da matéria, o voto é pela inconstitucionalidade e injuridicidade do Projeto de Lei nº 142/2011.

É o voto.

Sala das Comissões, em 15 de setembro de 2011.

DEP. ADRIANO GALDINO
RELATOR



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Comissão de Constituição, Justiça e Redação



III – PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, acostase ao voto da relatoria, pela inconstitucionalidade e injuridicidade do Projeto de Lei nº 142/2011.

Sala da Comissão, em 15 de setembro de 2011.


Dep. **JANDHY CARNEIRO**
Presidente

Apreciada Pela Comissão

No Dia 20, 9, 11


Dep. **LÉA TOSCANO**
Membro


Dep. **FRANCISCA MOTTA**
Membro


Dep. **ADRIANO GALDINO**
Membro


Dep. **DANIELLA RIBEIRO**
Membro


Dep. **ANTONIO MINERAL**
Membro


Dep. **RANIERY PAULINO**
Membro